

CONTEXTOS HISTÓRICOS DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA

Meiriely Cristina da Silva^{*}

Osvaldo José Sobral^{**}

Resumo: O presente artigo científico de revisão é o resultado da produção do primeiro capítulo da monografia, referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas, que teve como tema da pesquisa a “Psicogênese da Língua Escrita”. O procedimento metodológico utilizado para a realização deste trabalho acadêmico foi a revisão da literatura, por intermédio de levantamento bibliográfico nas obras dos seguintes autores: Araújo (1996); Barbosa (1994); Cagliari (1998); Carvalho (2005); Ferreira e Teberosky (1991; 1999); Freire (1996); Moraes (2012); Rischbieter (2007); Simonetti (2005); Soares (2003; 2004; 2009). Para tanto, este trabalho acadêmico apresentou uma breve história da alfabetização e a prática alfabética, do tradicional ao Construtivismo, além de uma crítica às cartilhas, e a estreita relação entre alfabetização e letramento. Finalmente, foi possível compreender que é preciso alfabetizar e letrar por meio da ação pedagógica mais produtiva e diversificada em que se articula alfabetização e letramento. Desenvolver no contexto de letramento a participação de diferentes eventos de leitura e escrita, para formar leitores e escritores letrados e alfabetizados.

Palavras-chave: Aquisição da Língua Escrita. Métodos de Alfabetização. Alfabetização. Letramento.

1. Introdução

O presente artigo científico de revisão é o resultado da produção do primeiro capítulo da monografia, referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas, que teve como tema da pesquisa a “Psicogênese da Língua Escrita”.

O procedimento metodológico utilizado para a realização deste trabalho acadêmico foi a revisão da literatura, por intermédio de levantamento bibliográfico nas obras dos seguintes autores: Araújo (1996); Barbosa (1994); Cagliari (1998); Carvalho (2005); Ferreira e Teberosky (1991; 1999); Freire (1996); Moraes (2012); Rischbieter (2007); Simonetti (2005); Soares (2003; 2004; 2009).

^{*} Pesquisadora: Acadêmica do 4º ano do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas. E-mail: meirielycristina10@gmail.com

^{**} Orientador: graduado em Psicologia, Especialista em Docência Universitária e Mestre em Educação. Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas. E-mail: sobral.osvaldo@gmail.com

Nesse sentido, ao se deparar com a necessidade de superar as velhas maneiras alfabetizadoras, no início dos anos de 1980, o conceito de alfabetização foi ampliado, especialmente, com as contribuições do construtivismo piagetiano.

2. Uma Breve História da Alfabetização

A história da alfabetização é longa e fascinante e corre paralela a muitas das grandes mudanças sociais, culturais, conceituais e metodológicas, ocorridas ao longo da história do ensino da língua escrita no início da escolarização. A alfabetização é tão antiga quanto os sistemas de escrita, considerada a atividade escolar mais antiga da humanidade.

Desde os primórdios da Humanidade surgiu a necessidade de comunicação, e com ela nasce a linguagem humana. Os gestos, as pinturas nas paredes e os desenhos, por exemplo, eram como códigos que representavam os objetos da vida real e palavras que se referiam aos fatos da vida cotidiana. Assim, a linguagem oral que gerava interação entre os sujeitos, enquanto que o primeiro uso da escrita surgiu para controlar quantidades do rebanho ou colheita, que eram registrados em argilas ou cortes em cajados. O longo processo de invenção da escrita, também, incluiu a invenção de regras da alfabetização. A escrita desenvolveu-se através da capacidade semântica.

A escrita veio em forma de registro da memória de cada povo e passou utilizar os sinais gráficos e adotá-los como conhecimento do homem, como por exemplo, os povos: semitas, os gregos e os romanos nos deixaram alguns “alfabetos”.

Séculos depois, segundo Cagliari (1998, p. 19; 21), no Renascimento durante os séculos XV e XVI, o uso da imprensa na Europa, a leitura de obras famosas deixou de ser coletiva para se tornar cada vez mais individual. A preocupação com a alfabetização passou a ter importância muito grande, consequentemente com o aparecimento das primeiras “cartilhas”. Os documentos por assim dizer as mais antigas “cartilhas” da humanidade: uma cartilha que continha apenas o inventário das letras do alfabeto. Com o uso cada vez maior na escrita na sociedade e com a produção crescente do livro à mão e depois impressos, foram surgindo formas variantes de representação gráfica das letras (sem modificar o inventário do alfabeto).

A Revolução Francesa trouxe grandes novidades para a escola: uma delas foi a responsabilidade com a educação das crianças, introduzindo a alfabetização como matéria

escolar. A alfabetização nessa época significava a educação dos ricos. Os povos pobres eram excluídos da escola.

À medida que foi transformando, a alfabetização deixou de ser propriedade privada de escribas e clérigos. Em 1789, com o fim do absolutismo e dos privilégios da nobreza, marcada pela Revolução Francesa teve a agregação entre a escola e a alfabetização. Por conseguinte, em 1880, no início do século XIX, aconteceu a divulgação das leis fundamentais, que instituíram as bases da escola pública obrigatória, laica e gratuita.

O ensino tradicional reprendia as crianças a produzir os sons da fala, sendo impossível de escrever num sistema alfabético. De acordo com a teoria de Piaget (*apud* FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 29), o sujeito busca ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as indagações que este mundo provoca. É um sujeito que aprende através de suas próprias ações sobre o objeto que o rodeia, construindo sua própria maneira de pensar.

Na atualidade, percebe-se que a criança já chega à escola com o conhecimento da sua língua materna e que inconscientemente um saber linguístico do seu cotidiano. Hoje a alfabetização é explorada em situações e contextos de grande diversidade e praticada de várias maneiras fora do âmbito escolar. A diversidade da alfabetização se expandiu muito a partir do desenvolvimento da educação pública moderna em todo o mundo.

Segundo Soares (2003, p. 7), as avaliações feitas nos anos de 1970 e início de 1980, nos Estados Unidos da América (EUA), pela *National Assessment of Educational Progress* (NAEP), mostra que os jovens norte-americanos graduados sabia ler e escrever, mas apresenta dificuldade de não domínio de competências e habilidades do uso da leitura e da escrita.

Para Soares (2003, p. 7), as alterações no conceito de alfabetização ao longo das décadas, permite identificar uma progressiva extensão desse conceito. A partir do conceito alfabetizado que vigorou até o censo de 1940, como aquele que declarasse saber ler e escrever, o que era interpretado a escrever o próprio nome; a partir do Censo de 1950, passando pelo conceito de “alfabetizado”, era aquele capaz de escrever um bilhete simples, ou seja, capaz de não só saber ler e escrever, mas já de exercer uma prática de leitura e escrita, ainda bastante trivial. Até o momento atual, em resultado do censo, e nos casos das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNAD), mostra que o indivíduo terá não só apreendido a ler e a escrever, mas também fazendo o uso da leitura e da escrita, uma extensão do conceito de alfabetização em direção ao conceito de letramento: do saber ler e escrever e

ser capaz de fazer o uso da leitura e da escrita, em nível da alfabetização funcional, que quer dizer ao conceito de letramento.

O fracasso em alfabetização se mostrava em avaliações internas à escola, em que se revelava altos índices de reprovação, repetência, evasão, na etapa inicial do ensino fundamental. Segundo Soares (2003, p. 9), hoje o fracasso é externo à escola, que leva até o ensino médio, e pode ser mensurado por intermédio de avaliações estaduais – como o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) – nacionais – como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – e, até, internacionais – como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA – *Programme for International Student Assessment*).

Após os anos de 1980, começaram a perceber que a concepção de alfabetização estava além de pessoas alfabetizada. Mostra que a alfabetização não era apenas ler e escrever, era necessário uma participação afetiva, de compreender, analisar o que está lendo e escrevendo.

Segundo Gaffney e Anderson (2000 *apud* SOARES, 2003, p. 9-10), nas últimas três décadas ocorreram mudanças de paradigmas: nos anos de 1960 e 1970 teóricos no campo de alfabetização predominava o paradigma behaviorista, é substituído pelo paradigma cognitivista nos anos de 1980, que representou uma radical mudança, que avança nos anos de 1990 para um paradigma sociocultural. Com essa nova concepção das relações entre aprendizagem e linguagem, veio através das pesquisas e estudos da psicogênese da língua escrita, divulgada por Emilia Ferreiro.

Vale destacar que Emilia Beatriz María Ferreiro Schavi, é uma psicolinguista argentina, licenciada pela Universidade de Buenos Aires em 1962, com doutorado pela Instituição de Genebra, sob orientação do biólogo e epistemólogo suíço, Jean Piaget (1896-1980). Radicou-se no México em 1979, onde trabalha no Departamento de Investigações Educativas (DIE), do Centro de Investigações e Estudos avançados do Instituto Politécnico Nacional do México. Esta pesquisadora desenvolveu seus estudos sobre a linguagem, com base em sua tese, e propôs um novo olhar para a alfabetização, baseada em um novo pensamento construtivista, que chamou de Psicogênese da Língua Escrita.

3. Prática Alfabética: do tradicional ao Construtivismo

De acordo com Araújo (1996), a história dos métodos¹ da alfabetização está dividida em quatro períodos. O primeiro período teve início na Antiguidade e se estendeu até a Idade Média, quando predominou o único método que foi da “soletração”, também, conhecido como o Método Alfabético, que é um dos mais antigos sistemas de alfabetização.

Segundo Carvalho (2005, p. 22), esse método é característico de um tempo que a maioria da população era analfabeta e não tinha exigências na leitura. O método parte da decoração oral das letras do alfabeto, no qual baseava na associação de estímulos visuais e auditivos, ou seja, a partir do nome da letra se associa a forma visual, as sílabas são aprendidas memorizadas e com elas se formam palavras isoladas. Era usado o livreto Método ABC, e também a repetição de exercícios, trabalhava apenas com palavras soltas. Não se preocupava em formar leitores e pressupõe uma separação entre alfabetização e letramento.

No Brasil, desde quando os jesuítas estiveram presentes na educação brasileira, até a década de 1920, prevaleceu o segundo tipo de método, que ocorreu pela rejeição do método da soletração entre os séculos XVI e XVIII e se estendeu até a década de 1960, distinguiu pela criação de novos métodos: sintéticos² e analíticos³.

Os métodos sintéticos foram mais influentes na alfabetização das escolas do Brasil. Os métodos sintéticos podem ser divididos em três tipos: o alfabético, o fônico e o silábico.

¹ “Ao utilizar esta palavra método ela nada significa se não tivermos em mente os objetivos da ação educacional. O método não é uma receita, mas é uma relação, entre elementos e situações que tenhamos, e novas situações para cuja proteção propusemos concorrer. O conceito de método não se contém nos estreitos domínios da técnica, pois pressupõe uma opção entre fins a serem obtidos. Ainda assim, os resultados da indagação experimental precisam ser levados em conta” (DECROLY *apud* LOURENÇO FILHO *apud* CARVALHO, 2005, p. 47).

² É o mais antigo da alfabetização. Estabelece uma correspondência entre o oral e o escrito, entre o som e a grafia, parte de unidades menores para analisar codificar e decodificar as unidades maiores, ou seja, apresentam a letra, depois uni as letras e forma sílaba, e as sílabas juntá-las para formar palavras, e as palavras formam sentenças e unindo as sentenças formam-se textos. A criança aprende no processo mecânico e repetitivo.

³ Conhecido também como “método olhar-e-dizer”, baseava nos princípios didáticos de caráter biopsicofisiológico da criança. Trabalha com a leitura que vem ser um ato global e audiovisual. Propõem um ensino que parte das unidades significativas da linguagem, começando com unidades maiores (as palavras, frases e histórias), e depois dividi-las em partes mais simples, constitutivas: as letras, as sílabas.

No Método Alfabético (“B com A, BÂ”...), o aprendiz aprende inicialmente as letras, substitua os sons pelas letras memorizando-as, depois juntam as sílabas formando as consoantes com as vogais, para formar-se as palavras que constroem o texto.

No Método Fônico, ou “fonético”, ocorre o esforço em pronunciar o *s* e o *a*, reivindica os defensores dos Métodos Alfabéticos, pois os nomes das letras não traduzem os sons que as letras assumem. No qual o aluno parte do som das letras, unindo o som da consoante com a vogal, pronunciando a sílaba formada. Esse aprendizado é feito de forma mecânica, por meio da repetição.

O Método Silábico, ou “silabação” (BA, BE, Bi...), o aprendiz aprende as sílabas simples (b, d, f, j, l, m, p, r, s, t, v, x, z), para depois formar as palavras. E, no Método Analítico têm-se três tipos principais: palavração, setenciação ou global.

A “palavração” é quando aprendiz repetem várias cópias que engloba todos os sons da língua, e começam a partir da escolha de uma palavra, com sílabas simples, que é memorizada pelas crianças e depois partir da sílaba.

A “setenciação” é a unidade inicial do aprendiz é a frase curtas, que tenha sentido completo e que apresentem uma sequência de dificuldades crescentes, que depois que analisam, é dividida em palavras, e os elementos mais simples, em partes menores – as sílabas e as letras – seguindo a sequência: frase-palavra-sílaba-letra.

Já no Método Global é conhecido como estória ou conto, com o qual o aprendiz partiria do estudo da palavra dos elementos mais significativos, do conto, frases, palavras, sílabas e letras. Parte do todo para as partes. Os representantes do Método Global são o médico belga, Ovide-Jean Decroly (1871-1932), e o médico suíço, Édouard Claparède (1873-1940), e outros escolanovistas⁴, que forneceram a base teórica que deu origem a uma grande variedade de métodos globais. E, o Método Misto consistia em estratégias derivadas do método sintético que misturavam com as estratégias do método analítico.

Em ambos os métodos, o objetivo sempre foi a aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico da escrita. No qual são muitos os aspectos entre os métodos, alimentada, principalmente, pelos resultados de pesquisas norte-americanas, discutindo quais

⁴ Em referência à “Escola Nova” que “[...] é um dos nomes dados a um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. ‘Escola Ativa’ ou ‘Escola Progressiva’ são termos mais apropriados para descrever esse movimento que, apesar de muito criticado, ainda pode ter muitas ideias interessantes a nos oferecer” (RISCHBIETER, 2007, p. 1, grifado no original).

métodos seriam mais eficientes, sobretudo depende do tipo de estratégia assim chamada de “A Querela dos Métodos”.

Segundo Moraes (2012) a partir do século XVIII apesar das diferenças que os métodos tradicionais apresentam, têm uma única e comum teoria subjacente na base na teoria de conhecimento: a visão empirista\associacionista de aprendizagem, segundo tal perspectiva “o aprendiz é uma tábula rasa e adquire novos conhecimentos (sobre o alfabeto) recebendo informações prontas do exterior [...]” (*ibid.*, p. 27), ou seja, o conhecimento procede, sobretudo, da experiência que adquirimos ao longo do tempo, no qual valoriza mais o objeto de estudo, no caso a escrita alfabética no qual como os indivíduos aprendem.

Esses métodos tradicionais é um ensino, simplesmente, transmissivo, que limita o aluno apenas a memorizar e reproduzir conceitos e regras. Eles tendem a formar alunos na condição de receptores passivos ou mecânicos, isto é, leitores e escritores não críticos.

O terceiro período marcado pelos questionamentos de se juntar os sinais gráficos da escrita aos sons da fala para se aprender a escrever. Segundo Soares (2009), caracterizou-se por uma alternância entre métodos sintéticos e métodos analíticos com o mesmo pressuposto, que a criança para aprender o sistema de escrita, dependeria de estímulos externos selecionados ou artificialmente construídos, ou seja, a criança repetia os sons ou pautas sonoras dos adultos e selecionam a linguagem própria desse meio e transforma o objeto (signo) em “palavra”. Com o domínio desse sistema, considerado condição e pré-requisito para a criança desenvolvesse habilidades de uso da leitura e da escrita.

Nesse sentido, Ferreira e Teberosky (1999) debatem sobre os métodos tradicionais por uma nova concepção do Construtivismo Piagetiano, o que gera uma grande polêmica a respeito dos métodos tradicionais, analíticos e sintéticos. Para Ferreira e Teberosky (1999, p. 24), esses métodos são:

[...] mecânicos e voltados para aquisição de técnicas de decodificação e codificação, tirando da leitura o seu significado social [...] fundamentadas em concepções psicológicas associacionistas da aquisição da linguagem simples: existe na criança uma tendência à imitação e no meio social que a cerca existe uma tendência a reforçar seletivamente as emissões vocálicas da criança que correspondem os sons ou as pautas sonoras complexas da linguagem própria desse meio social.

O período atual, o quarto período, denominado de “reinvenção da alfabetização” nasceu em decorrência do fracasso da alfabetização, da organização docente e da sistematização do ensino de alfabetizar letrando, por meio de uma nova proposta para alfabetização.

4. Crítica às Cartilhas

Segundo Barbosa (2005, p. 57-60) no final do século XV, Portugal fazia uso nas escolas de “cartinhas”, que depois o nome foi denominado de “cartilhas”. Eram pequenos livros que trazia o abecedário (alfabeto), o silabário, e rudimentos de catecismo. *A Cartinha de Aprender a Ler* é uma das mais antigas cartilhas, feito por João Barros, imprensa em 1539 em Lisboa. Dizem que foi usada no Brasil para o ensino das primeiras letras e da religião. Depois foram surgindo outras cartilhas, e se expandiu com grande aumento por vários países. O seu objetivo é colocar em destaque a estrutura da língua escrita, como é concebida pelos métodos da alfabetização, no qual apresenta uma escrita sem significado.

Muitos pesquisadores criticaram o uso das cartilhas. Afirmavam que o uso das cartilhas pautava numa prática reprodutiva e não reflexiva. O educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997), por exemplo, criticava o sistema tradicional de ensino, o qual utilizava a cartilha como ferramenta central da didática para o ensino de leitura e escrita. Freire (1996) é contra esse método no qual as cartilhas ensinavam pelo método de repetição de palavras soltas ou de frases criadas de forma forçada, em que o aluno apenas decorasse. Para superar essas cartilhas, Freire (1996) propõe um trabalho em conjunto para a construção do conhecimento dentro da realidade dos educandos. Ele desempenha o papel de colaborar com a libertação dos oprimidos, o que significa construir a própria autonomia em respeito a dos outros, autonomia esta, que vai sendo construída na experiência de inúmeras decisões, que vão sendo tomadas.

Ferreiro e Teberosky (1991) mostraram que a metodologia embutida nas cartilhas cria problemas no ensino das crianças. As cartilhas são rejeitadas por seu artificialismo, por ser desinteressante, com a falta de relação com a vida e as experiências das crianças. Para as autoras, devem-se utilizar textos que estejam próximos do universo da criança.

A cartilha era o principal aliado da alfabetização brasileira até os anos de 1980. Foram usadas na possibilidade de desenvolver habilidades gráficas, como a qualidade do grafismo, e a capacidade motora do traço; a noção espacial; atividades como cobrir, preencher, ligar, copiar. Em 1995, o Ministério da Educação (MEC) retirou a cartilha do seu catálogo de livros, mas, atualmente, ainda são vendidas, em torno de dez mil por ano.

5. Alfabetização e Letramento

Na segunda metade dos anos de 1980, surge no campo das pesquisas sobre a “alfabetização”, a palavra “letramento” que, segundo a compreensão de Soares (2004, p. 35) vem a ser a tradução para o português da palavra inglesa *literacy*. “Etimologicamente, a palavra *literacy* vem do latim *littera* [(letra), com o sufixo – cy, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser [...] *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever” (SOARES, 2004, p. 17, grifado no original).

Nesse entendimento, pesquisadores investiram menos no estudo da aprendizagem da escrita alfabética, na busca de ampliar o conceito de alfabetização. Além de dominar a tecnologia do ler e escrever (codificar e decodificar) é preciso aprender a utilizar essas habilidades em práticas sociais, como o processo de inserção e participação na cultura escrita.

Segundo Soares (2003, p. 14), no quadro atual das concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, no início da escrita pelas crianças, a alfabetização e letramento são dois processos diferentes, porém interdependentes e indissociáveis.

A alfabetização é o domínio de uma técnica de ensinar e aprender (ler e escrever) desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e escrita através de atividades de letramento que vai além da técnica da alfabetização que utiliza no cotidiano e se desenvolve no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, ou seja, em dependência da alfabetização. Já na concepção “tradicional” de alfabetização, os métodos analíticos ou sintéticos eram dois processos independentes.

O letramento vem a ser um processo de inserção e participação na cultura escrita. “Letramento é descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita, é entender-se, lendo ou escrevendo [...] é descobrir alternativas e possibilidades, descobrir o que você pode ser”. (SOARES, 2004, p. 43). Este se inicia quando a criança participa, observa as diferentes manifestações da escrita que existe no cotidiano da sociedade, como: placas, revistas, embalagens comerciais, entre outros. É como se fosse uma espécie de preparação para alfabetização, como desafio o concílio dos dois nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

A finalidade do letramento na escola é possibilitar que as crianças mergulhem nos atos de ler e escrever e produzam textos com sentido e significado. Para tanto é preciso que a professora, como mediadora, de modo intencional insira a criança na cultura letrada, o que não significa encher a sala de livros, cartazes, fichas de nomes, letreiros etc. (SIMONETTI, 2005, p. 24).

Segundo Simonetti (2005, p. 24) devem-se trazer para o dia a dia da sala de aula, a leitura viva dos livros de literatura infantil, jornais, revistas em quadrinhos, ou a prática da escrita em bilhetes, fax, cartas, receitas, listas, músicas, histórias, poesias, parlendas, entre outros.

6. Considerações Finais

O propósito deste artigo científico foi apresentar um olhar histórico, contextualizando a alfabetização escolar numa dimensão sócio-política e psicológica, buscando na abordagem da história da aquisição da escrita a caracterização do processo da alfabetização, mediante os métodos tradicionais da alfabetização.

Foram verificados, também, os estágios pelos quais passou esse processo, paralelamente a longa trajetória e sucessivas mudanças: sociais, culturais, educacionais, políticas e metodológicas. Assim, é importante compreender e inovar o presente em busca de construir o futuro, é importante conhecer o passado e as transformações que veem ocorrendo, principalmente, nas últimas três décadas.

Finalmente, foi possível compreender que é preciso alfabetizar e letrar por meio da ação pedagógica mais produtiva e diversificada em que se articula alfabetização e letramento. Desenvolver no contexto de letramento a participação de diferentes eventos de leitura e escrita, para formar leitores e escritores letrados e alfabetizados.

7. Referências

- ARAÚJO, M. C de C. S. **Perspectiva Histórica da Alfabetização**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1996. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40137/1/01d16t02.pdf.org.br/pesquisa>>. Acesso em: 10 abr. 2015, às 19:09.
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994, p. 57-61. (Coleção Magistério – 2º grau. Série Formação do Professor – v. 16).
- CAGLIARI, Luiz Carlos. História da Alfabetização. In: _____. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998, p. 12-22.
- CARVALHO, Marlene. Métodos Sintéticos: da soletração à consciência fonológica. In: _____. **Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre a teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 21-31.

_____. Métodos Globais: aprender a ler a partir de histórias ou orações. In: _____. **Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 32-47.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

_____. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: ArteMed, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MORAIS, Arthur Gomes de. Revisão de Antigas Formas de Alfabetizar. In: _____. **Sistema de Escrita Alfabética: como eu ensino**. São Paulo: Melhoramentos, 2012, p. 27-42.

RISCHBIETER, Luca (Ed.). **Escola Nova**. Publicado em: 27 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/glossariopedagogico/verbete.asp?idPubWiki=9577>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

SIMONETTI, Amália *et al.* **Alfabetizar e Letrar**. In: _____. O Desafio de Alfabetizar e Letrar. Fortaleza: Livro Técnico, 2005, p. 24-26.

SOARES, Magda. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, p. 6-15, 2003.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. **Revista Pátio**, n. 29, fev. 2004. CFORM – Centro de Formação Continuada de Professores da UNB. Brasília, DF, 2009.